

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR

24.04.2024

* * *

- Abre a reunião o Sr. Thiago Auricchio.

* * *

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Constituição, Justiça e Redação da 2ª Sessão Legislativa do 1º Biênio da 20ª Legislatura. Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados... Deputados...

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deixa eu fazer a leitura. Ao pessoal da plateia, eu peço que, como a gente fez em todas as sessões, que a gente possa, com muito respeito e muita educação, a gente conduzir a nossa sessão. Por gentileza, a todos da plateia. Por favor. A todos da plateia, a gente pede, com muita educação e com muito respeito, para que a gente possa continuar os nossos trabalhos.

Quero registrar com muito prazer a presença dos nobres deputados, Carlos Cezar, deputado Conte Lopes, este presidente, deputado Dr. Jorge do Carmo, deputado Reis, deputada Professora Bebel, deputado Mauro Bragato, deputado Altair Moraes, deputada Solange Freitas e deputada Marta Costa. Solicito a secretária a leitura da Ata da reunião passada.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Quero dispensar a leitura da Ata.

O SR. REIS - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado Reis.

O SR. REIS - PT - Requiró que a Ata seja lida na sua integralidade para que eu possa saber o que aconteceu na reunião anterior.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Peço ao senhor que coloque a votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Como vota o deputado Carlos Cezar?

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Como vota o deputado Conte Lopes?

O SR. CONTE LOPES - PL - Pela dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Como vota o deputado Dr. Jorge do Carmo?

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Pela leitura da Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Como vota o deputado Reis?

O SR. REIS - PT - Pela leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Como vota a deputada Professora Bebel?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela leitura da Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputado Mauro Bragato?

O SR. MAURO BRAGATO - PSDB - Pela dispensa.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputado Altair Moraes?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Desnecessária a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputada Solange Freitas?

A SRA. SOLANGE FREITAS - UNIÃO - Pela dispensa.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputada Marta Costa.

A SRA. MARTA COSTA - PSD - Pela dispensa.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - E este presidente também vota pela dispensa, ficando dispensada por sete votos a três.

O SR. REIS - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado Reis.

O SR. REIS - PT - Eu quero deixar registrado que assim que tiver o término da leitura do voto da deputada Professora Bebel, eu vou fazer a leitura do meu voto na sua integralidade. (Aplausos.).

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Aguardaremos ansiosamente, deputado. A gente pede com muita educação que a plateia possa respeitar o plenário desta comissão.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - E vamos proceder à leitura do item constante da pauta. Leitura do voto em separado a partir da página 118. O Item 1, Proposta na Emenda à Constituição nº 9, de 2023, do Sr. Governador, altera a redação da Constituição do Estado na forma que especifica.

O deputado Carlos Cezar relatou favorável à PEC, contrário à Emenda nº 1. Voto em separado dos deputados Professora Bebel, contra a PEC e contra a Emenda nº 1, e do deputado Reis, contra a PEC e contrário à Emenda nº 1. Deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Para informar, Sr. Presidente, e aos nobres colegas também, que tão logo a deputada Professora Bebel concluir o voto dela, e o deputado Reis concluir também o voto dele, que imagino que aí, não sei qual é o tempo, tem também os votos apresentados por mim e pelo deputado Rômulo, e queremos também o ler na íntegra.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Com a palavra, Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Bem, eu começo na 118. Contingente de aposentados do quadro do Magistério da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, incluindo a massa salarial total e remuneração média para cada cargo no mês de julho de 2023 somou 2.700, com mais 358 servidores do Magistério.

Os cargos de Professores de Educação Básica I e II concentram a maior parte dos vencimentos destinados aos aposentados do quadro do Magistério, com 83,7% do total.

Os dois cargos têm os maiores contingentes de profissionais, com 76.600 para os Professores de Educação Básica I, e 90.800 para os Professores de Educação Básica II. A remuneração média dos Professores de Educação Básica II e Professores de Educação Básica II fica em R\$ 5.037,39 e R\$ 5.270,61.

Apesar de terem apresentado as maiores participações no total da massa salarial dos inativos, os cargos de Professores de Educação Básica I e II não têm os maiores salários recebendo menos do que o supervisor de ensino, R\$ 10.099, diretor de escola R\$ 8.659,57, assistente de diretor de escola R\$ 6.712,29.

Número de funcionários da Secretaria da Educação, massa salarial média segundo o cargo, rede estadual de São Paulo, julho de 2023. Agora eu vou pedir para o Dr. Jorge ler tabela, que tabela tem que ser bem centrado. Vamos lá.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, Professora Bebel. Boa tarde, deputados e deputadas, colegas. Vamos lá, o Thiago está... Só para auxiliar ali, está exposta ali no telão. Vamos lá. Demais cargos do Magistério. Em seguida, massa salarial e depois total de remuneração bruta.

Professor de Educação Básica II, número, 90.819. Massa salarial: R\$ 478.671.587,91. Total de remuneração bruta, R\$ 5.270,61. Professor de Educação Básica I, número, 77.556. Massa salarial: R\$ 390.679.954, e a remuneração R\$ 5.037,39. Agente de organização escolar, número: 13.089. Massa salarial, R\$ 30.603.583,95. Remuneração Bruta, R\$ 2.338,11. Agente de Serviços Escolares, R\$ 9.558,00. Massa Salarial, R\$ 19.559.168,54. Total de remuneração bruta, 2.077,75.

Diretor de escola, número, 7.246. Massa salarial, R\$ 62.747.213,15. Total de remuneração bruta, R\$ 8.559,57. Supervisor de ensino, número, 2.769. Massa salarial R\$ 27.966.031,78. Massa total de remuneração bruta R\$ 10.099,69. Secretário de Escola Número, 2.189, massa salarial R\$ 6.176.437,86. Total de remuneração bruta R\$ 2.821,58.

Agente técnico e assistente de saúde, número, 1.879. Massa salarial, R\$ 8.792.933,34. Total de remuneração bruta, R\$ 4.679,58. Assistente de diretor de escola, número, 1.573. Massa salarial, R\$ 10.558.439,97. Total de remuneração bruta, R\$ 6.712,29.

Professor II, 511 vagas. Massa salarial, R\$ 2.336.728,14. Total de remuneração bruta, R\$ 4.572,85. Assistente de administração escolar, número, 169. Massa salarial, R\$ 580.000,31. Total de remuneração bruta, R\$ 3.431,95. Total geral, vagas, número, R\$ 207.358. Massa salarial, R\$ 1.038.972.030,49. Total de remuneração bruta R\$ 5.010,52.

E a fonte aqui é a Transparência/Governo do Estado de São Paulo, elaboração Dieese, subseção Apeoesp.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Muito obrigada companheiro Jorge, meu querido deputado. Também agradeço ao Reis, que me ajudou no período da manhã. Eu só vou, embora não me perguntem, mas tem uma confusão de nomenclatura. Porque, às vezes, as pessoas veem PEB I, Professor Educação Básica I, Professor Educação Básica II. E, de repente, aparece professor II. Que nomenclatura é essa? É que antes tinha a licenciatura curta, que só podia dar aulas até o segundo ciclo do ensino fundamental.

Para poder dar aula no ensino médio, tinha que fazer licenciatura plena, e aí então a gente tem a nomenclatura do Professor da Educação Básica II. Mas agora caiu, e todo mundo tem que fazer licenciatura plena. Agora é, porque há uma exigência na Lei de Diretrizes e Bases, que tem que ter curso superior para ministrar aulas, muito embora...

No estado de São Paulo, o que mais a gente teve e avançou... Porque, na carreira, a Lei nº 836 exige que, para ganhar mais, para ganhar um pouco mais, você tem que ter nível superior. Então, todo mundo correu e foi fazer nível superior. Então, para vocês verem como, para gente avançar no salário, é simples, é só, como é que eu falo, incentivar, os próprios professores vão fazer o curso, e fizeram.

Então, Educação Básica I, por exemplo. Quase 100% têm, é muito raro quem tenha só ensino médio, é muito pouquinho, a grande maioria, na totalidade, eles são nível superior. Então, em relação ao total de aposentados, os cargos de Professores de Educação Básica I e II concentravam juntos 81,2% de todos os ativos da secretaria em julho de 2023, com os cargos concentrando 37,4% e 43,8% dos aposentados, respectivamente.

Todos os demais cargos constantes desta relação registram participações inferiores a 7%. O cargo de diretor de escola concentra 6% dos aposentados. O supervisor detém 2,7%, e o cargo de assistente de escola possui 1%. Os demais cargos somavam 6,6% de ativos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Destaque-se o seguinte, que com a reforma previdenciária que tivemos, a tendência é a gente não ter mais crescimento de aposentados, que nós vamos ter que ficar mais tempo para poder aposentar. A última reforma da Previdência que aconteceu vai levar a isso. Então, se a gente tinha isso, a tendência é reduzir esse número de aposentados pensionistas.

O SR. REIS - PT - Gráfico 4. Participação no número de profissionais da Educação em relação aos cargos. Rede Estadual de São Paulo, julho de 2023. Professora Bebel é...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Uma pizza.

O SR. REIS - PT - Não, então, mas é as cores, não é? O primeiro lá é o azul?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Azul.

O SR. REIS - PT - Professor de Educação Básica II, 43,8%. Professor de Educação Básica I, 37,4%. Para enxergar a cor do terceiro quadrinho, não estou conseguindo daqui. É roxo? É verde? Diretor de escola. Acho que melhorou agora. De longe, a distância. Diretor de escola. Depois, supervisor de ensino. É o laranja, deputada Bebel?

O SR. - Não, 4,6%.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - É aquela cor que você falou cedo. 4,6%, roxo.

O SR. REIS - PT - 4,6%? Não, isso aí é roxo.

O SR. - É esse.

O SR. REIS - PT - Assistente de diretor de escola.

O SR. - 3,5%.

O SR. REIS - PT - 3,5%. É azulzinho, é isso?

O SR. - Isso, celeste.

O SR. REIS - PT - Outros cargos, 4,4%. Fonte: Transparência/Governo do Estado de São Paulo. Elaboração: Dieese, subseção Apeoesp. Está ali no gráfico, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Agradeço muito, deputado Reis. (Aplausos.). Num breve exercício de comparação entre docentes efetivos e aposentados, percebe-se que para Professores da Educação Básica I, a relação está em 0,14%, o que significa que há sete professores aposentados para cada um na ativa.

Já com os PEB II, a proporção entre os professores efetivos e aposentados é mais equilibrada, com uma proporção de 0,83%, o que significa que para 100 professores aposentados existem 83 efetivos. Ainda é uma proporção muito prejudicial aos futuros aposentados, já que o ideal é que haja dois professores contribuintes da Previdência para cada aposentado.

Os professores da nova carreira, que é aquela farsa que o Sr. Roceli deixou aí, os professores da nova carreira que estão efetivos ainda não têm aposentados, mas devido ao seu número diminuto, pouco interferem na proporção entre ativos e aposentados. No total, temos 89.300 professores efetivos atuando na rede e 168.300 aposentados, dando assim uma relação de 0,53 professores na ativa para cada aposentado.

Destaque-se o seguinte, em que pese ninguém ter perguntado, que aquela carreira, ou o subsídio que foi aprovado por esta Casa, que ficou com uma adesão de dois anos, que foi agora, até no final do ano passado, alterada para mais dois anos a adesão, quer dizer, prolongada... É importante destacar que, até agora, escolheram a farsa da nova carreira, 1,35% dos professores.

Ninguém que está na carreira antiga quis sair da carreira antiga, o que demonstra que a categoria não aderiu à política de subsídio, tanto que a própria Secretaria da Educação estendeu o prazo para mais dois anos. Bom, agora tem outra tabela, vou passar aqui para o Dr. Jorge.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Com o maior prazer, deputada Professora Bebel. É a tabela 15. Relação entre docentes na ativa, isso quer dizer efetivos, e aposentados. Rede estadual de São Paulo, julho 2023. Vamos lá. Cargo ativo, aposentado e proporção. Cargo. Professor PEB I. Ativo, 11.218. Aposentados, 77.556. Proporção ativo-aposentado, 0,14. Professores PEB II. Ativos, 75.680. Aposentados, 90.819. Proporção ativo-aposentado, 0,83.

PFEM. 2.418 não tem aposentados e não tem proporção. Total 89.316. Aposentados, 168.375. Proporção ativo-aposentado, 0,53. Fonte: Transparência/Governo do Estado de São Paulo; elaboração de Dieese, subseção a Apeoesp. Sra. Deputada, eu, só uma pergunta de leigo aqui. PFEM.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Já estou traduzindo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Então está bom, vamos aguardar a tradução. Obrigado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, no início de junho de 2023, mostram que o analfabetismo atinge quase dez milhões de brasileiros. Isso é muito triste. Essa realidade dificulta o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação de erradicar o analfabetismo até 2024.

Ressalte-se que no estado de São Paulo tem quase um milhão de analfabetos literais. Nós temos os funcionais e os literais. Literal é quem não passou por nenhum grau de escolaridade. Desde 2014, o Plano Nacional de Educação possui metas e estratégias para a política educacional que deveriam ser cumpridas até 2024. A meta 9 diz que o objetivo é elevar a taxa de alfabetização na população com 15 anos para 93,5% até 2015.

E até o final do Plano Nacional de Educação, erradicar o analfabetismo absoluto, que compreende a incapacidade - é o literal que falei, portanto, absoluto - de ler e escrever, e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional, que é a incapacidade de compreender textos simples.

Além disso, conforme itens estimados, as taxas entre as pessoas com 15 anos ou mais deveriam ter caído para 6,5% em 2015, porém a meta intermediária só foi alcançada em 2017. Eu demarco essa data, 2017. Uma data histórica para nós, no que diz respeito a dois momentos que nós tivemos. O golpe dado na presidenta Dilma, e o País mergulhou em uma injustiça social intensa no que diz respeito a políticas públicas no Brasil.

De acordo com os dados, a taxa de analfabetismo caiu de 6,1% em 2019, para 5,6% em 2022. Isso corresponde a uma redução de 0,5% dessa taxa no País, ou seja, cerca de 490 mil analfabetos a menos. Diante dos dez milhões é nada. O levantamento mostrou também que mais da metade das pessoas que não sabiam ler e escrever tinham 60 anos

ou mais, e que a taxa de analfabetismo de pretos e pardos é duas vezes maior do que a dos brancos.

Ao analisar as regiões do País, o Nordeste tinha a taxa mais alta, 11,7%, e o Sudeste a mais baixa, 2,9%. Olha aqui. Eu falei quase um milhão. No estado de São Paulo, são 830 mil pessoas em situação de analfabetismo, deputado, o que representa uma taxa de 2,2% de pessoas analfabetas. Desde 2016, quando a taxa era de 2,6%, o analfabetismo persiste nesta faixa da população, indicando estagnação da ação do Estado em relação à questão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a idade indicada para frequentar cada série da educação básica, o que é obrigatório dos quatro aos 17 anos. Para o ensino médio, a faixa etária ideal é de 15, é dos 15 aos 17 anos. A taxa de escolarização no estado de São Paulo evidencia os desafios em relação aos anos finais da educação básica. Aqui, aqui mora o nosso calcanhar de Aquiles.

Quando os jovens estão na faixa etária entre 15 e 17 anos de idade, no estado de São Paulo o percentual de jovens matriculados na escola é de 93.7%, ou seja, há um grupo de quase 6% de jovens fora da escola nessa faixa etária. Ressalte-se, Dr. Jorge do Carmo, eu acho que todos os deputados devem se interessar por isso. Quando veio para nós a escola de tempo, o programa de tempo integral no ensino médio, o grande debate que nós fazíamos era este, que os jovens nessa faixa etária são jovens trabalhadores.

Como é, deputado Reis, que eles poderiam passar o dia todo na escola se esses jovens complementam a renda escolar. E nós fomos até o Ministério Público fazer busca ativa, mas a campanha não prosperou. Esses jovens continuam fora das escolas, e tem aumentado esse contingente. Então, a título de incluir, este projeto excluiu.

Nós temos hoje iniciativas como o Pé de Meia, que é uma forma de você manter os estudantes nas escolas e que nós vamos poder, no mínimo, trazer de volta essa estudantada. Uma parte está tendo oportunidade de ir para a escola e uma grande parte está tendo que trabalhar, porque o tempo é integral e ele não pode deixar de ajudar em casa.

A taxa de escolarização no estado de São Paulo evidencia os desafios em relação aos anos finais de educação básica, quando os jovens estão nesta faixa etária de 15, 17 anos. No estado de São Paulo, o percentual de jovens - eu já disse - para o Brasil como um todo, dos 52 milhões de jovens com 14 a 29 anos do País, 18,3% não completaram o ensino médio, seja por terem abandonado a escola antes do término dessa etapa ou por nunca terem frequentado.

O Brasil tinha 9.500.000 de jovens de 14 a 29 anos nessa situação, sendo 58,8% homens, 41,2% mulheres. Por cor ou raça, 27,9% desses jovens eram brancos. Olha aqui, 70,9% pretos ou pardos. Quando perguntado sobre o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado a escola, 40,2% dos jovens apontaram o que? A necessidade de trabalhar como fator prioritário. (Aplausos.). Muito obrigada pela leitura, deputado. Dentre os homens, esse valor sobe para 51,6%.

Vou responder sua pergunta, meu bem. Professores PFEM, que estão ali... Eu vou pedir para a minha assessoria para que, quando tiver alguma sigla, pôr uma nota de rodapé, para a gente não ficar vendido também, até pela sigla. São professores de ensino fundamental e médio na nova carreira.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Respondido, eu acho que é bom para a gente... Vou pedir para anexar nos votos, para não ficar nessa lacuna. Dentre dos homens esse valor sobe para 51,6%. Passo uma página para o Dr. Jorge e uma página para o deputado Reis, está bom?

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Claro, continuidade a partir de qual parágrafo?

O SR. CARLOS CEZAR - PL - A falta de interesse, 124.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Só um pouquinho, deputado Carlos Cezar, se o senhor me permite, deputado, presidente Thiago, eu gosto de nominar as entidades presentes. Acabou de chegar entre nós a Luísa Martins, que é presidente da UPES. O Luca, da UPES. A Valentina, que eu já citei. (Aplausos.). Fábio de Moraes, que é o primeiro presidente da Apeoesp. Douglas Martins Izzo, que é Secretário de Finanças da Apeoesp. Então, é isso. Muito obrigada. (Aplausos.).

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, deputada Professora Bebel. Dando continuidade à leitura do belíssimo relatório. Isso aqui é uma aula para mim, viu, Professora Bebel? Uma aula. Eu tenho aprendido muito acompanhando e lendo esse relatório. Página 125.

O SR. - 124. A falta de interesse em estudar vem em seguida.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Aqui na minha está 125. Aqui na minha está 125. A retocada. Mas vou ler aqui o quê? Quer que leia a 124 de novo?

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Vai lá, vai lá, vai lá.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Quer que leia a 124?

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Não, não.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - A falta de interesse em estudar vem em seguida, com 26,9%. Para as mulheres, o principal motivo foi também a necessidade de trabalhar, deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - 24%.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Seguido de gravidez.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - 22%.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - 22,4%. E não tem interesse em estudar, 21,5%. Além disso, 10,3% delas indicaram realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas como o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado a escola. Enquanto para os homens esse percentual foi inexpressivo, 0,6%.

Isso é dado importantíssimo, porque muitas vezes as pessoas não vão na escola ou não ficam na escola porque tem que cuidar do pai, da mãe, tem que ajudar o filho mais novo e por aí vai. Um indicador importante que é o PNAD, permite analisar a taxa ajustada de frequência escolar líquida, ou seja, a razão entre o número de pessoas que frequentam a escola no nível de ensino adequado à sua faixa etária, mas aquelas já concluíram pelo menos esse nível de ensino e o total de pessoas dessa mesma faixa etária.

Considerando a faixa etária entre 15 e 17 anos de idade, para 2022, no estado de São Paulo, essa taxa estava em 85,2%. Se, por um lado, é uma taxa elevada em relação à

média do Brasil, de 75,2%, indica que existe um contingente de jovens de quase 15% nesta faixa etária que estão em nível inadequado de ensino em relação à sua faixa etária, que no caso, indica aquela em que os jovens deveriam estar cursando o ensino médio.

Em relação à taxa de abandono de estudantes do ensino médio na rede pública do estado de São Paulo - segundo os dados do censo escolar, microdados da situação de final de ano letivo, o INEP para 2020 - o percentual para o ensino médio como um todo estava em 0,5%, sendo que a taxa mais elevada de abandono acontece no primeiro ano da educação básica, com a taxa de 0,6%, caindo para 0,4% no segundo e terceiro ano do ensino médio. Por isso...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Vou só passar agora esse parágrafo para o deputado Reis.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Por isso... Deputado Reis, dá sequência aqui, por favor.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - E deixa o meu lá, porque o último é meu voto.

O SR. REIS - PT - (Inaudível.).

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Por isso...

O SR. REIS - PT - O deputado está na 125? É 125?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - É.

O SR. REIS - PT - Aqui está 126.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Não tem problema, pode ler assim.

O SR. REIS - PT - Posso ler assim mesmo? Por isso descabe falar em ausência de recursos ou de outras fontes para custear os gastos com a Saúde. Porque, em verdade, o que está em discussão é, simultaneamente, uma péssima execução orçamentária na

Educação, escolhas equivocadas em matéria orçamentária, com prioridades que não condizem com os desafios que este estado precisa enfrentar. É por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados... Deputada, aqui já não é o seu voto?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - É meu voto.

O SR. REIS - PT - Seria a V. Exa. que teria que ler?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Sim, senhor.

O SR. REIS - PT - Passo a palavra para a Vossa Excelência.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Muito obrigada, deputado Reis, quis ser gentil. (Aplausos.). Por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que meu voto é contrário à PEC nº 9 de 2023. De modo que se mantenha... É por isso, Sr. Presidente, que meu voto é contrário, de modo que se mantenha integralmente a previsão constitucional de 30% de gastos obrigatórios com a Educação, nos termos do que quis o legislador constituinte estadual em 1989.

E é por isso que convido a cada uma das senhoras, dos Srs. Deputados, a fazer um exame cuidadoso, de consciência e de compromisso. Destaco aqui dois nobres deputados, por quem tenho respeito e muito carinho. Deputado Mauro Bragato, não que não tenha com os demais, mas porque votou na Constituinte Estadual, e também deputado Conte Lopes, que votou na Constituinte Estadual, esses 30%. Clama, V. Exas., que o compromisso permita essa reflexão.

Compromisso que ultrapassa as conveniências políticas que maiorias parlamentares episódicas - porque elas são, não estou falando que é de mentira, episódicas - podem representar. Compromisso que deve resgatar a confiança que cada eleitor ou eleitora depositou em Vossas Excelências. Quando lhes confiou o dever de fiscalizar o Poder Executivo e lutar pelas bandeiras que efetivamente unificam posições.

E falo sem medo de errar. Não está no texto, mas costumo dizer isso, deputado Altair, isso aqui vai ser a mesma luta do confisco de aposentados e pensionistas que aconteceu nesta Casa, e que esta Casa gloriosamente retirou essa questão e devolveu o direito aos aposentados e pensionistas. De certo que a luta pela educação, em suas mais

variadas concepções, é uma das posições que encontra um eco nas bandeiras e nas posições de cada um dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Aproveito para manifestar a minha gratidão às equipes políticas, técnicas e jurídicas da assessoria do nosso mandato popular. Por me apoiar na elaboração desse voto. E também o Dieese, pela imprescindível contribuição de pesquisa. E ainda todos aqueles que, comprometidos com uma educação radicalmente comprometedora, transformadora, me deram e me dão força para continuar lutando.

Sabemos que é possível que esse projeto seja aprovado. Embora esperemos o contrário, sabemos, no entanto, que essa luta será vitoriosa ao interesse do povo, nem que não seja dada a nós e a todos que desejam estar do lado certo da história. O recurso derradeiro ao Poder Judiciário, incumbido, uma vez fracassado o controle preventivo da constitucionalidade a cargo do Poder Legislativo, do papel de controle repressivo de constitucionalidade.

Tenho esperança em verdade e certeza de que esta Casa Legislativa está em plenas condições de dar uma resposta à altura do que espera. Desculpe, gente. (Manifestação na galeria.). Tudo deseja o povo trabalhador deste estado. Nenhum direito a menos. É isso que a gente quer, nenhum direito a menos.

Da emenda, pelo todo exposto, protocolei no prazo regimental, Emenda nº 1, determinando a supressão do Art. 3º da Proposta de Emenda Constitucional em tela, tendo em vista que a questão de a Procuradoria Geral do Estado ser ou não responsável por realizar os processos administrativos disciplinares é totalmente alheia ao debate sobre a constituição das verbas da Educação no estado de São Paulo.

Aqui eu quero dizer que eu me sinto contemplada, porque foi retirada daqui e transformada na PEC nº 1. Estou certa com relação a isso? Então ela sai daqui e vai ser tratada separadamente. Agora eu volto. Por todo exposto, analisando os aspectos constitucionais, legais, jurídicos, bem como o mérito da propositura. Meu voto é contrário à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 9, de 2023. E apenas porque as emendas não subsistem sem a propositura principal, contrária à Emenda nº 1, muito embora conceitualmente elas se afinem com o meu ideário.

Agradeço, muito obrigada, me desculpe, eu me emociono toda vez que a educação perde, deputado Thiago Auricchio, à toda a Mesa que está composta, agradeço a cada um. Mas cada pedaço que a educação perde, eu perco, e nós todos perdemos junto. Isso aqui para mim não é teatro, é verdadeiro. Porque eu fiz da educação e nós fazemos da educação uma causa. Ela não é para mim.

Se me perguntassem de novo, o que você quer ser na vida, Professora Bebel? Professora, ainda com todo o sofrimento que nós passamos aqui no estado de São Paulo. Esse é meu voto e quero que considere o meu voto. Muito obrigada, Sr. Presidente. (Aplausos.).

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Passar a palavra para o deputado Reis, para a leitura do seu voto.

O SR. REIS - PT - Presidente, em face ao ambiente de emoção com o término da leitura do voto da deputada Professora Bebel, eu requiro de V. Exa. o encerramento desta presente sessão, para que a gente possa continuar na próxima sessão que V. Exa. Vai... (Vozes sobrepostas.). Não, não. Só para suspender o...

O SR. - Não tem acordo, presidente.

O SR. REIS - PT - É clima de emoção. A deputada estava chorando.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputado Reis, a leitura, prossiga a leitura. Está todo mundo ansioso para ouvir seu voto, deputado Reis.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Presidente, deixe-me permitir uma parte.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu entendo que é momento de comoção e a gente respeita, mas eu gostaria de ver a oposição falando sobre o corte de verba que o governo federal do Lula fez na Educação, e a gente não vê ninguém falando nada. A gente entende que é legítimo da deputada Bebel, e a respeito demais, ela sabe disso, é legítima a pauta dela, é interessante, mas a gente não vê ninguém falando sobre o governo do estado.

Corta de verba, farmácia popular, 107 milhões que foram cortados, bolsa de estudos. Isso está muito claro, isso é Educação. Bolsa de estudos, sabe quanto o governo

do Sr. Lula cortou? 73 bilhões de bolsa de estudos. Está claro, está na transparência, ninguém fala nada. “Aí, porque o governo do estado...”. Mas Bolsa de Estudos, 73 milhões.

E só para encerrar, Educação Básica do governo federal, 30 milhões cortados do governo federal. Ninguém fala nada! É isso. Só uma opinião, só uma opinião. Respeito tudo, mas vamos ser honestos. O governo federal está destruindo a nossa Educação e ninguém fala nada.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Passar a palavra para o deputado Reis.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Deputado Reis, eu queria minuto para falar.

O SR. REIS - PT - Deputada Bebel.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente. Pela ordem, presidente. Pela ordem, desculpa. Eu escutei alguém da plateia falando que eu estou falando besteira. Presidente, se eu ouvir isso aqui de novo, eu vou pedir para se retirar. Porque aí na admissão não tem fala aqui. Quem tem fala é deputado. Você tem que ficar caladinho enquanto a gente fala, entendeu? Você se elege, senta-se aqui, aí você tem fala, querido. Então, por enquanto, por favor, eu estou respeitando todo mundo. Mas eu quero respeito.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Olha, eu tenho dados, viu?

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputado Reis, com a palavra, para a continuidade da leitura do seu voto.

O SR. REIS - PT - Vossa Excelência vai dar a palavra para a Professora Bebel, que ela pediu?

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - A gente já vai entrar em discussão, então, do projeto.

O SR. REIS - PT - Eu vou entrar no voto separado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Mas por que ele pôde falar aí ou não?

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Ela pediu pela ordem?
Não ouvi.

O SR. REIS - PT - Ela pediu pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Por favor, pela ordem.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Então, eu vou elucidar os dados para o senhor. Ainda na área da Educação, e aqui o estudo não é meu, é do Dieese, depois entrego na mão de V. Exa., porque eu pego, não, aqui é transparência mesmo, aqui ninguém mente. Quem foi que inventou a PEC nº 95?

O Governo Temer, foi lá o corte da Educação. Então, o senhor tem que fazer análise de conjuntura e uma análise precisa. Na Emenda Constitucional nº 95, aprovada pelo Governo Temer, nós perdemos os 332 milhões que o senhor está colocando nas costas do Governo Lula.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Desculpa, eu não falei isso, doutora.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - O senhor falou.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu falei sobre isso aqui.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - O contingenciamento foi para cumprir o Regramento Constitucional, que agora acabou a Emenda Constitucional nº 95, e nós temos o arcabouço fiscal que acabou com essa excrescência, e colocou o Fundeb dentro para dar conta disso que o Governo Bolsonaro queria tirar, inclusive, o Fundeb como forma.

O novo marco fiscal, aprovado em apenas agosto desse ano, alterou essa forma de investimento. Então, antes de falar números, por favor, deputado Altair, o senhor vai ver a raiz de onde foi a redução das verbas, e não vai ser com falsos números. Porque, se necessário, nós vamos fazer...

Essa Casa vai oferecer, nosso mandato popular vai oferecer um debate sobre financiamento da Educação, exatamente para explicitar o quanto que foi a perda que nós tivemos num governo que não era da presidenta Dilma, nem do presidente Lula, mas era do Presidente que V. Ex. Tanto apoiou. Muito obrigada. (Aplausos.).

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Voto em separado. Deputado Reis, com a palavra.

O SR. REIS - PT - Voto em separado. A Proposta de Emenda à Constituição nº 9 de 2023. Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Por meio da mensagem AN 153 de 2023, o Sr. Governador encaminhou à Assembleia Legislativa a Proposta de Emenda à Constituição nº 9 de 2023, que altera a redação da Constituição do Estado na forma que especifica...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Caiu o quórum, vamos embora? Caiu o quórum.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Ainda não, Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Então tem que parar de ler, sabe por que tem que parar?

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Tem oito deputados aqui. Pela conveniência da ordem está encerrada a presente Sessão.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *